

Os “carregadores” do Congresso

VICENTE DIANEZI

Na manhã de quinta-feira da semana passada, o petista José Genoíno e o pedetista Konder Reis mostravam, mais uma vez, que têm pelo menos um ponto em comum: às 8 horas eles já iniciavam em seus gabinetes, na Câmara dos Deputados, mais uma jornada de trabalho sem hora para terminar. Em que pese suas divergências ideológicas, Konder Reis e Genoíno repetiam um gesto que os notabilizou na atual legislatura — instalada em março de 1987 para acabar na próxima segunda-feira. Eles integraram o restrito grupo de deputados e senadores *carregadores do piano*, isto é, cerca de 10% dos 584 parlamentares que tentam fazer o Congresso Nacional funcionar. São eles que trabalham para agilizar as votações, debater as matérias em pauta e articular os acordos.

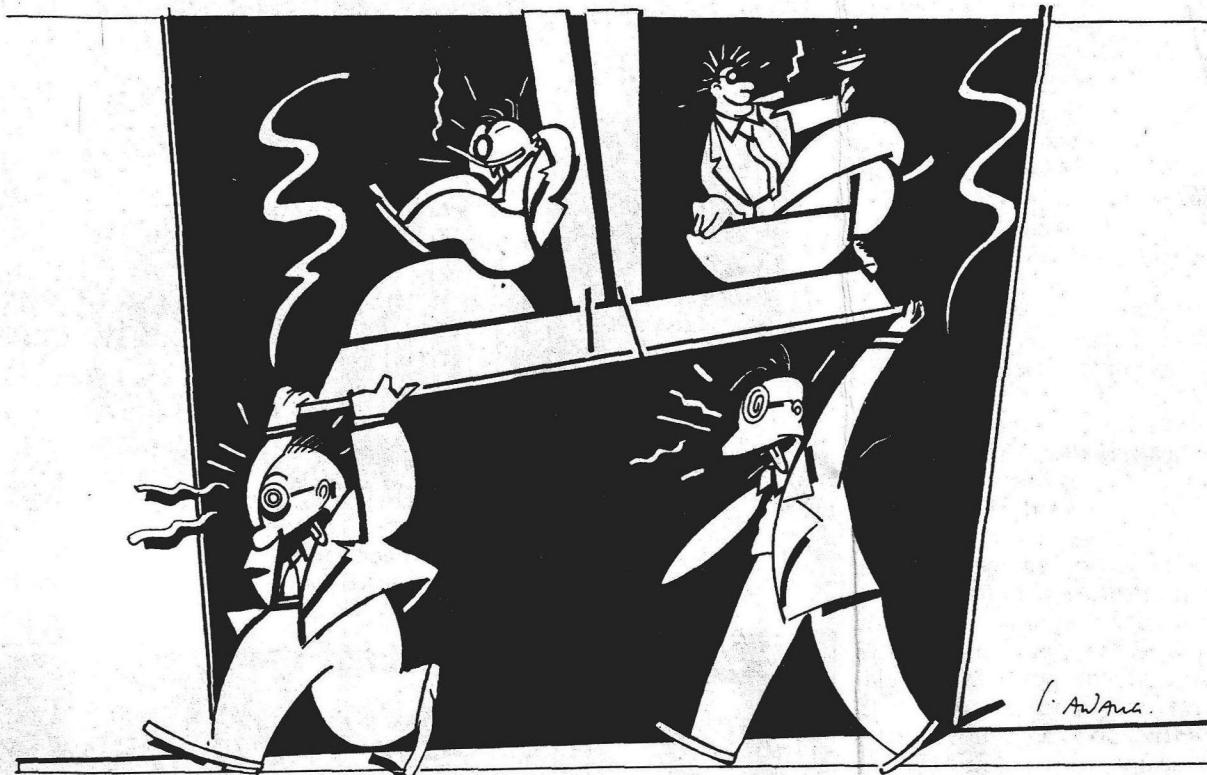
Depois de amanhã, Genoíno e Konder Reis estarão novamente juntos, autografando um manifesto que conclama os novos deputados e senadores, eleitos em outubro passado, a apoiarem uma iniciativa: a reforma da estrutura de decisão política e administrativa do Congresso. Juntamente com outros 18 parlamentares, reeleitos para a legislatura que se instala no próximo dia 1º de fevereiro, eles vão propor, entre outras medidas, o desmonte da máquina burocrática, a democratização na condução dos trabalhos, a reformulação da equipe de assessores e a mudança do quórum para as votações.

“O Congresso é um latifúndio improutivo que exige uma reforma agrária para lhe dar uma função social”, afirma Genoíno. No seu raciocínio, os trabalhos

Brito: pauta de votação só depois de aberta a sessão



Arquivo/AE



são morosos e a forma de decisão é antidemocrática, por causa de uma estrutura antiga e viada. “A Mesa tem de abrir o processo de informação para os parlamentares”, concorda o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), outro signatário do documento — e candidato à presidência da Câmara.

À essa estrutura antiga, os *carregadores do piano* atribuem a pequena produção do Congresso — a Câmara e o Senado juntos — que nos quatro anos da legislatura atual fez 188 leis entre 6.859 projetos apresentados. Foi esse mesmo Congresso que, no papel de constituinte, examinou cerca de 60 mil emendas para a elaboração da nova

Carta, mas não conseguiu regulamentar perto de 200 dispositivos como o mandato de injunção, divórcio, e as leis agrícola e de diretrizes e bases da educação. Além disso, eles tiveram de examinar 275 Medidas Provisórias e uma infinidade de vetos presidenciais. “Só ficamos sabendo da pauta de votações depois de aberta a sessão”, reclama o peemedebista Antonio Brito (RS), outro assíduo deputado. No parlamento alemão, por exemplo, os deputados recebem a pauta de votações do mês com 30 dias de antecedência.

Como o processo de decisão política é fechado, os *carregadores do piano* viram-se às voltas com a aprovação de projetos

exóticos — como o que definiu, em junho passado, o presunto de Peru — e também tiveram de se movimentar para evitar que outros entrassem em pauta — como o Dia da Bíblia, Dia do Forró e o Dia do Lavrador. Apesar de sua atuação, o grupo perdeu alguns membros nas eleições passadas, entre eles o comunista Fernando Santana (BA), o tucano Euclides Scalco (PR) e o pedetista Newton Frederich (RS). Mas ganhou outros, mapeados em análise da Góes, Piquet & Lobo Consultores, que identificou 63 *carregadores do piano* na próxima legislatura: Aluizio Mercadante (PT-SP), Sérgio Machado (PSDB-CE), Sérgio Arouca (PCB-RJ), Alberto Goldmann (PMDB-SP) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), entre outros.

É neles que os veteranos apostam para dar novos rumos à atuação do Congresso que repetiu, em outubro passado, índice idêntico de renovação em relação às eleições de 1986: 62% naquela época e 63% agora. Essa elite tem o poder de influência sobre a grande maioria silenciosa e votante de mais de 500 deputados e senadores, na qual se incluem os fisiológicos ou, como define o deputado Genoíno, “são os que só votam”. Nessa maioria, estão outros grupos de parlamentares que, segundo o deputado, exercem forte concorrência com os *carregadores do piano*. O grupo da Mesa que ali se incrusta para dar votos e receber favores, o grupo das viagens ao Exterior e o grupo da Comissão Mista de Orçamento e Finanças — que leiloa entre si as verbas do orçamento da União que chegam no Parlamento sem destinação específica.